

“Mulheres em uma Cidade Sustentável” debate relação entre espaços urbanos e violência de gênero

Evento foi uma parceria da Comesp com a OAB-SP.

[\(TJSP, 03/12/2019 - acesse no site de origem\)](#)



A Coordenadoria da Mulher em Situação de Violência Doméstica e Familiar do Poder Judiciário do Estado de São Paulo (Comesp) e a Ordem dos Advogados do Brasil - Seção São Paulo (OAB SP) realizaram, ontem (2), o evento

“Mulheres em uma Cidade Sustentável”, com cinco painéis temáticos sobre habitação, saúde, segurança pública, educação e cultura e arquitetura e urbanismo no contexto da desigualdade de gênero. O encontro fez parte da agenda oficial dos “16 Dias de Ativismo pelo Fim da Violência contra as Mulheres”, campanha anual e internacional da ONU Mulheres.

O primeiro painel, “Habitação”, foi mediado pela juíza Teresa Cristina Cabral Santana, da da 2ª Vara Criminal e do Anexo de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher de Santo André e integrante da Comesp. Ela apresentou a advogada Fabiana Cristina Severi, professora da USP, que elogiou a proposta do evento em ampliar a dimensão de problematização da violência contra mulheres para o âmbito de políticas públicas em moradia, defendendo uma perspectiva de habitação que leve em conta a autonomia, a

democratização de poder e a horizontalidade nas decisões. Em seguida, a advogada Mariana Chiesa Gouveia Nascimento, vice-presidente da Comissão de Direito Urbanístico da OAB SP, propôs a “Locação Social” como estratégia para superar o déficit habitacional. A solução de sucesso em países como Alemanha e Áustria consiste no estabelecimento de um parque público de habitações subsidiadas pelo governo, com valores inferiores de mercado e gestão por entidades sem fins lucrativos. Logo depois, a advogada Maria Sylvia Aparecida de Oliveira salientou como o racismo estrutural fica evidente nas questões voltadas à moradia nas grandes cidades, como a escassez de opções de lazer e precariedade de mobilidade nas periferias. Para fechar o primeiro painel, a advogada Ana Lyvia Roberto Custódio Ribeiro, vice-presidente da Comissão Especial de Direito Imobiliário da OAB SP, delineou um contexto histórico sobre a compreensão de urbanização para explicar as razões do contingente de população negra ser maior em áreas periféricas e significativamente menor em regiões mais valorizadas da Grande São Paulo.

O segundo painel, com o tema Saúde, foi mediado pela juíza Rafaela Caldeira Gonçalves, da Vara de Violência Doméstica e Familiar Contra a Mulher do Foro Regional do Butantã e integrante da Comesp. Ela anunciou a professora Maria Fernanda Terra, da Faculdade de Medicina da USP, que defendeu o jeito de se pensar a saúde para além da ausência de doenças, previsto nos valores de universalidade e integralidade legitimados pelo Sistema Único de Saúde (SUS), fruto de uma construção popular a partir de 1990, mas que hoje sofre muitas críticas injustas. A professora Silvia Pimentel, da PUC-SP, deu sequência ao debate dando luz à problemática da violência obstétrica e lançando o desafio de aliar teoria e prática a partir dos objetivos de desenvolvimento sustentável estabelecidos pela ONU. Priscila França, presidente do Instituto Equanime Africa Brasil, encerrou o segundo painel destacando a importância de sempre se fazer um recorte racial em relação à garantia do direito de acesso à saúde, especialmente em relação ao SUS.

Com o tema de Segurança Pública, o terceiro painel, mediado pela advogada Claudia Luna, foi iniciado com a exposição da professora da FGV Samira Bueno, diretora do Fórum Brasileiro de Segurança Pública, que abordou os dados do último Anuário da Violência. Logo depois, a advogada Enedina do

Amparo Alves fez um relato emocionado de episódios de violência e feminicídio. Em seguida, falaram as advogadas Maíra Zapater e Marina Zanatta Ganzarolli.

O quarto painel, sobre Educação e Cultura, começou com a advogada Terra Johari Possa Terra discorrendo sobre o desenvolvimento da complementariedade. O jornalista e professor da Unesp, Juarez Tadeu de Paula Xavier, trouxe uma abordagem do contexto histórico, político e cultural global, reproduzido pelas grandes cidades brasileiras, de tratar como descartável o excedente da população urbana, como um princípio estratégico do capitalismo. Para fechar o penúltimo painel, discursou a professora Denise Carrera, da USP.

O quinto e último painel, com o tema Arquitetura e Urbanismo - Mobilidade Urbana, começou com a participação da advogada Daniela Campos Liborio propondo alternativas de planejamento territorial que diminuam a violência urbana, notadamente contra as mulheres. A professora Gabriela Leandro Pereira, da Universidade Federal da Bahia, acrescentou a perspectiva racial na problemática dos deslocamentos urbanos.

Para concluir, a juíza Teresa Cristina Cabral Santana enalteceu a qualidade do debate e propôs uma mobilização para resultados práticos do que foi discutido. “Teremos eleições municipais no próximo ano e vamos fazer com que muitas das propostas levantadas aqui virem proposições de ações concretas, pensadas de maneira inteligente para que melhorem a vida das pessoas nas cidades.”

Confira o vídeo completo do evento [clikando aqui](#).

Justiça determina medida

protetiva da Lei Maria da Penha a transexual

(AC 24 Horas, 26/07/2016) Uma decisão inédita da Justiça Acreana determinou uma medida protetiva prevista na Lei Maria da Penha em favor da transexual Bhrunna Rubby Rodrigues, de 29 anos de idade, vítima de violência doméstica. O ex-namorado dela é acusado de agredi-la com cabo de vassoura.

A vara de Proteção à Mulher da Comarca de Rio Branco determinou, ainda, que o agressor de Rubby mantenha uma distância de, no mínimo, 200 metros. Ele também está proibido de manter qualquer contato com os amigos e familiares da vítima. Se descumprir a decisão, ele poderá ter prisão preventiva decretada.



Rubby antes e depois da agressão (Foto: Reprodução)

A decisão foi do juiz de direito Dannel Bomfim e ainda não foi publicada no Diário da Justiça Eletrônico (DJE).

Leia mais: [Decisão inédita assegura medida protetiva de urgência a transexual vítima de violência doméstica \(TJAC, 26/07/2016\)](#)

“Assim, partindo da lógica das garantias dos direitos fundamentais, da igualdade e da dignidade da pessoa humana, considerando ainda a evolução histórica dos direitos humanos consagrada nos pactos e tratados internacionais dos quais o Brasil é signatário, entendo que devemos dar amplitude ao sujeito de direito protegido pela norma da Lei Maria da Penha para proteger também as lésbicas, os travestis e os transexuais contra agressões praticadas pelos seus companheiros ou companheiras”, anotou Bomfim em sua sentença.

Entenda o caso

De acordo com os autos, a vítima e o agressor teriam mantido relação

amorosa por 8 meses, “de forma pública e notória”, tendo o relacionamento chegado ao fim em razão de agressões físicas - “socos e pauladas, deixando várias sequelas no corpo da requerente”.

Ainda segundo os autos, o agressor também teria feito ameaças de morte à vítima, “mesmo após o registro de BO na Delegacia da Mulher”, a ponto desta ter mudado sua rotina “por temer represálias e para resguardar sua própria vida”.

Tais motivos levaram a transexual a buscar a tutela de seus direitos junto à Vara de Proteção à Mulher da Comarca de Rio Branco, onde requereu medida protetiva de afastamento do agressor, considerando que a violência da qual foi vítima foi motiva em razão de seu gênero feminino.

Decisão

Ao analisar o caso, o juiz de Direito Danniell Bomfim, respondendo por aquela unidade judiciária, entendeu que o sexo biológico de nascimento masculino não deve servir de obstáculo ao reconhecimento da identidade sexual feminina da vítima, sendo esta, conseqüentemente, “sujeito de proteção da Lei Maria da Penha”.

Nesse sentido, o magistrado destacou que “transexuais são vítimas de preconceito, intolerância e violência durante toda sua vida e em todos os círculos sociais, inclusive dentre das suas famílias, em razão de sua sexualidade”, cabendo ao Poder Judiciário assegurar não só sua proteção efetiva, mas também a própria “coexistência pacífica das diferenças e os direitos das minorias de modo a proporcionar o máximo de igualdade entre os indivíduos”.

“Assim, partindo da lógica das garantias dos direitos fundamentais, da igualdade e da dignidade da pessoa humana, considerando ainda a evolução histórica dos direitos humanos consagrada nos pactos e tratados internacionais dos quais o Brasil é signatário, entendo que devemos dar amplitude ao sujeito de direito protegido pela norma da Lei Maria da Penha para proteger também as lésbicas, os travestis e os transexuais contra agressões praticadas pelos seus companheiros ou companheiras”, anotou

Bomfim em sua sentença.

Por fim, o juiz de Direito impôs medida protetiva de afastamento do agressor, o qual deverá manter uma distância mínima de 200 metros da vítima transexual, estando, assim, proibido de “frequentar o lar da ofendida a fim de preservar sua integridade física e moral”, bem como impedido de manter contato “por qualquer meio de comunicação” com a ofendida, seus familiares e testemunhas, sob pena de ter sua prisão preventiva decretada pelo Juízo da Vara de Proteção à Mulher da Comarca de Rio Branco.

Welisson Silva

Acesse no site de origem: [Justiça determina medida protetiva da Lei Maria da Penha a transexual \(AC 24 Horas, 26/07/2016\)](#)

Por que cidades feitas para mulheres são mais igualitárias, por Ana Freitas

(Nexo, 06/05/2016) *Elas usam a cidade de maneira diferente deles. E arquitetos defendem que isso deveria ser levado em conta no planejamento urbano*

Mulheres usam a cidade de forma diferente dos homens. De maneira geral, elas transitam pelo espaço público com uma lógica específica, porque combinam funções de trabalho e de cuidado com a casa e com os filhos.

O assédio também impacta as escolhas das mulheres sobre como e onde circular no espaço urbano. E isso tudo resulta em necessidades diferentes de acessibilidade nas vias, iluminação, transporte público e até zoneamento urbano.

“Para mim, é uma abordagem política do planejamento [urbano]. Trata-se de trazer as pessoas para espaços onde antes elas não existiam ou sentiam que não tinham direito de usar.”

Eva Kail

Especialista em Planejamento Urbano com enfoque de gênero da cidade de Viena, em [entrevista](#) para o City Lab

Na maior parte das vezes, no entanto, o planejamento das cidades não leva esse aspecto em consideração. De acordo com um [estudo](#) da Universidade de Cornell, conduzido em 2014, planos de urbanização para cidades geralmente não contemplam as necessidades das mulheres e não oferecem soluções para os problemas específicos enfrentados por elas no uso do espaço urbano.

Além disso, arquitetos [defendem](#) que um planejamento urbano que leve em conta necessidades de transporte e segurança para mulheres acaba tornando a cidade mais segura e acessível para todos os grupos de pessoas. Isso vale mais ainda com o aumento da divisão de tarefas domésticas entre homens e mulheres.

“Se perguntar ‘uma mulher se sentiria segura andando aqui à noite?’ e obter uma resposta positiva provavelmente significa que a maioria das pessoas se sentiria confortável usando aquele espaço. Mulheres podem ser usadas como um termômetro para segurança e outras prioridades em planejamento.”

Mildred Warner

Professora de planejamento urbano da Universidade de Cornell

As iniciativas para mudar esse panorama incluíram mulheres nas equipes de planejamento urbano, conduziram pesquisas para avaliar como elas usam a cidade e planejaram mudanças para tornar o espaço urbano mais igualitário.

Viena: Decisões de planejamento baseadas nas necessidades das mulheres

Em 1999, a cidade de Viena perguntou a seus moradores como eles usavam o transporte público. O resultado foi que mulheres demoravam muito mais para responder o questionário.

O motivo: os trajetos percorridos por elas eram muito mais variados e incluíam mais desvios para levar e buscar os filhos na escola e fazer compras. Elas usavam mais transporte público e caminhavam mais do que os homens.

Outra observação de política de igualdade do uso de espaço urbano da administração de Viena foi que, depois dos 9 anos de idade, o número de meninas usando os parques da cidade se reduzia drasticamente, enquanto o número de meninos permanecia constante.

A conclusão foi que as meninas se impunham menos quando surgia uma disputa por espaço no parque - por isso, em uma discussão sobre quem usaria uma quadra, por exemplo, os meninos tinham mais chance de ganhar.

Com essas questões em mente, a administração local tomou decisões de acessibilidade, segurança e planejamento para facilitar o trânsito e a permanência de mulheres na cidade.

Políticas públicas de urbanismo que tornaram Viena mais igualitária

ILUMINAÇÃO

A prefeitura da cidade decidiu ampliar a iluminação pública para tornar as ruas mais seguras à noite.

CALÇADAS

Os passeios foram alargados para comportar de maneira mais adequada o uso de carrinhos de bebê ou de compras.

RAMPAS

Para melhorar o acesso de moradores e usuários de carrinhos de bebê, escadas ganharam rampas.

PARQUES

Para tentar resolver o problema do número menor de meninas do que meninos nos [parques](#), a administração incluiu a construção de espaços mais variados para prática de esportes e de subdivisão de áreas abertas em bolsões semifechados, menores.

Segurança é fundamental para a inclusão

A divisão das Nações Unidas para direitos das mulheres (UN Women) lançou, em 2010, uma iniciativa chamada “Cidades e espaços públicos seguros”, que destaca a importância da segurança para promover igualdade de gênero no espaço público.

Principalmente nos países onde a violência contra a mulher tem índices muito altos, esse acaba se tornando o primeiro empecilho para que elas usem as ruas de maneira igualitária. O assédio e o risco de estupro fazem com que mulheres evitem determinados caminhos e tipos de transporte dependendo da hora do dia e moldam o mapa urbano para elas.

“Homens ocupam o espaço [público] de maneira bem diferente. Homens escolhem um caminho porque ele é mais interessante e eles podem passear.”

Shilpa Ranade

Arquiteta indiana, autora do livro [“Why Loiter? Women and Risk on Mumbai Streets”](#)

Algumas decisões de planejamento urbano acabam forçando mulheres a situações ainda mais inseguras. Em Nova Delhi, na Índia, a cidade onde há mais estupros comparado ao número de mulheres [no país](#), a ONG Jagori observou que a falta de lixo ou água nos banheiros públicos femininos fazia com que mulheres se dirigissem a terrenos baldios ou bosques para jogar fora absorventes usados, espaços onde ficam mais vulneráveis a agressores.

A Jagori também [notou](#) que o medo de usar banheiros públicos inseguros sozinhas também acaba gerando uma reação em cadeia que afeta diretamente a saúde pública: mulheres bebem menos líquidos e têm mais

consequências como infecção urinária.

A iniciativa mais recente da ONG é o [Safetipin](#), um aplicativo para smartphone que ajuda a mapear colaborativamente as áreas mais seguras e inseguras da cidade. No app, os usuários podem avaliar os locais levando em conta fatores como o equilíbrio do uso do espaço entre homens e mulheres, a ausência ou presença de calçada, a segurança e a impressão geral.

Acesse no site de origem: [Por que cidades feitas para mulheres são mais igualitárias, por Ana Freitas \(Nexo, 06/05/2016\)](#)

Marcha das Mulheres Negras acontece nesta quarta-feira (18/11), em Brasília

(ONU Mulheres, 18/11/2015) *Estão previstas audiências com a presidenta da República, Dilma Rousseff e a diretora executiva da ONU Mulheres, Phumzile Mlambo-Ngcuka*

Leia o Manifesto completo no endereço www.marchadasmulheresnegras.com

Além da marcha, haverá diversos shows e apresentações artísticas

Entrada gratuita



Phumzile Mlambo-Ngcuka, diretora

executiva da ONU Mulheres, marchará com as mulheres negras (Foto: Reprodução)

Milhares de mulheres de todos os estados do Brasil estão a caminho de Brasília para participar, nesta quarta-feira (18/11), da Marcha das Mulheres Negras contra o Racismo, a Violência e pelo Bem Viver, que reunirá cerca de 20 mil pessoas em um momento histórico na luta pela igualdade de direitos, por um país mais justo e democrático e pela defesa de um novo modelo de desenvolvimento baseado na valorização dos saberes e da cultura afro brasileira. A marcha acontece no âmbito da Década Internacional dos Afrodescendentes 2015-2024 e do mês da Consciência Negra.

Leia mais:

[*Mulheres negras se unem contra o racismo e a violência em marcha em Brasília \(Agência Brasil, 18/11/2015\)*](#)

[*Marcha reunirá 20 mil mulheres negras brasileiras em Brasília \(O Estado, 18/11/2015\)*](#)

[*Mulheres Negras marcham nesta quarta-feira \(18\) em Brasília \(SEPIR, 17/11/2015\)*](#)

[*Mulheres negras anunciam marcha contra racismo e sexismo \(Vermelho, 17/11/2015\)*](#)

[*Debatedora critica aumento da violência contra mulheres negras \(Direito do Estado, 17/11/2015\)*](#)

O ponto de partida será o Ginásio Nilson Nelson, com percurso até o Congresso Nacional, a partir das 8h30. Além da marcha, haverá oficinas, apresentações musicais e feira de afro empreendedorismo a partir do dia 16/11. Haverá, ainda, uma audiência com a presidenta da República, Dilma Rousseff, que receberá um grupo de representantes de diversas organizações e movimentos sociais. Na ocasião, as mulheres entregarão um manifesto que cobrará do Estado Brasileiro, entre outras pautas, medidas emergenciais para reduzir a mortalidade feminina. A pesquisa Mapa da Violência 2015, divulgada na última semana, aponta um aumento de 54% em dez anos no número de homicídios de mulheres negras. Além disso, a diretora executiva da Onu Mulheres, Phumzile Mlambo-Ngcuka reconhecida internacionalmente

por ter atuado na luta contra o apartheid e pelo fim do racismo na África do Sul participará de uma reunião com as mulheres negras brasileiras.

A marcha é uma iniciativa de diversas organizações e coletivos do Movimento de Mulheres Negras e do Movimento Negro, além de contar com o apoio de importantes intelectuais, artistas, ativistas, gestores e gestoras, comunicadores e comunicadoras e referências das mais diversas áreas no Brasil, América Latina e África. Estarão presentes trabalhadoras rurais, catadoras de material reciclável, pescadoras, marisqueiras, quilombolas, estudantes, mestres e mestras da cultura tradicional, empreendedoras, yalorixás, entre outras mulheres negras dos diversos setores da sociedade. A proposta da Marcha surgiu durante o Encontro Paralelo da Sociedade Civil para o Afro XXI, realizado em 2011, em Salvador, capital do estado da Bahia. A partir de então, mulheres negras e do movimento social de mulheres negras atenderam ao chamado e deram início as mobilizações para a Marcha. De 2011 até agora, foram realizadas diversas ações entre debates, oficinas, passeatas, eventos formativos, articulações em âmbito local, regional, nacional e internacional.

Marcha das Mulheres Negras 2015

Data: 18 de novembro de 2015

Concentração: A concentração será a partir das 8h30, nas imediações do Ginásio Nilson Nelson. O percurso previsto será até o Congresso Nacional.

Shows, apresentações artísticas e feira de empreendedorismo acontecerão no Ginásio Nilson Nelson.

Leia o Manifesto completo no endereço www.marchadasmulheresnegras.com

Informações: Ionara Silva (55) 61 9657-7741 / Naiara Leite (55) 71 9718-5144

E-mail: comunicacaomarcha@gmail.com

PROGRAMAÇÃO

PROGRAMAÇÃO CULTURAL

MULHERES NEGRAS PELO BEM VIVER

18 de Novembro de 2015

Data: 18/11

Local: Ginásio Nilson Nelson, Brasília - DF

Horário: a partir das 13h

Entrada Gratuita - *Verifique a classificação indicativa

Luana Hansen (São Paulo)

Tássia Reis (São Paulo)

Vera Verônica e Donas da Rima (Distrito Federal)

MC Sofia (São Paulo)

Andrea Felix (Minas Gerais)

Jéssica Pérola Negra (Minas Gerais)

Banda Didá (Bahia)

Ilê Aiyê (Bahia)

As Caixeiras do Divino (Maranhão)

Banda Afro Axé Dudu (Pará)

Banda Akomabu (Pará)

Nanan Matos (Distrito Federal)

Mariza Black (Pará)

Márcia Moura (Rio de Janeiro)

Lilian (Maranhão)

Acesse no site de origem: [Marcha das Mulheres Negras acontece nesta quarta-feira \(18/11\), em Brasília \(ONU Mulheres, 18/11/2015\)](#)